

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aos seis dias do mês de novembro de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a vigésima sexta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade do município, Senhor Marcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião quatorze (14) conselheiros sendo seis (6) do poder público e oito (8) da sociedade civil, com os seguintes

Conselheiros titulares: Dalva Deodato Taveira, Sônia Regina Barbosa Quirino, Márcia Helena Vieira Pimenta, Márcio Henrique Silva Nalini, José Fernando Siqueira da Silva, Leonel Aylon Cantano, Elisa Francisconi, Clóves Plácido Barbosa e Josiane Aparecida Antunes de Campos. **Conselheiros suplentes:** Adriana da Silva Bazon Porfírio, Rosângela Aparecida de Paula, Juliana Bertazzi Passone.

Conselheiros na titularidade: José Carlos Gomes e Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela.

Com a seguinte pauta: Assuntos: **Apresentação do Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens - 2014-2017; Encontros Macro Regionais de Orientações aos Conselhos Municipais de Assistência Social – CMAS**, será no próximo dia 26 de novembro em Ribeirão Preto– indicação de três (3) representantes do CMAS, sendo um (1) de Órgão Gestor e um (1) conselheiro da ICS saúde, educação ou assistência social, um (1) conselheiro da Sociedade Civil. **Informes: Recebimento de ofício do MDS – Secretaria Nacional de Assistência Social – Coordenação Geral de Prestação de Contas; Convite – Audiência Pública do CMAS – dia 12 de Novembro – 13h na Câmara Municipal de Franca; Convite - II SEMINÁRIO REGIONAL Medidas Socioeducativas: desafios e alternativas para o atendimento – dia 13 de Novembro – 9h às 17h – ACIF – Franca; Medida Provisória 658 de 29 de outubro de 2014 – prorrogação do início da vigência da Lei 13.019/2014; Email recebido pela DRADS / Franca - Sistema PMAS web 2015** aberto para o início do processo de preenchimento. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos conselheiros Denizar e Tina. Após, o mesmo informou que na presente reunião participam também os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCAF para que em conjunto com o CMAS seja feita a apreciação da apresentação do Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens - 2014-2017. Considerando o curto tempo para apresentação de todos os assuntos e informes da pauta, Márcio sugeriu que as atas da 24ª Reunião Ordinária e 25ª Reunião Extraordinária fossem lidas posteriormente pelos conselheiros e que as possíveis correções e/ou sugestões, bem como a aprovação dessas atas sejam encaminhadas via email. Na sequência, Márcio apresentou a pauta da reunião, que foi aprovada pelo colegiado. Iniciando o primeiro assunto da pauta, Marcio concedeu a palavra para a Diretora de Proteção Social Especial, Ana Paula. Com a palavra, Ana Paula cumprimentou todos os presentes e fez algumas considerações sobre o assunto antes de iniciar a apresentação. Relatou que o Plano de Reordenamento da Rede de Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes refere-se aos compromissos assumidos pelo município e rede de serviço público e privado e tem o período de vigência a partir deste ano de 2014 até 2017.

Dando seguimento, Ana Paula iniciou a apresentação e explanou sobre os fundamentos legais e teóricos para elaboração do Plano. Expôs o cenário atual e diagnóstico do serviço de acolhimento do município nos anos de 2013/2014 e em seguida tratou do processo de elaboração do plano, dividido em três blocos: **Bloco I** – Gestão da Rede; **Bloco II** – Implantação de Novos Serviços de Acolhimento; **Bloco III** - Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Existentes (Dimensão I: Porte e Estrutura; Dimensão II: Recursos Humanos; Dimensão III: Gestão Do Serviço; Dimensão IV: Metodologias de Atendimento) e **Monitoramento do Plano**. Durante a explanação os participantes apresentaram as suas considerações, questionamentos e sugestões. Dentre as principais manifestações foi perguntado se a predominância de adoção de crianças brancas deve-se ao fato dos candidatos a adoção serem brancos. Foi esclarecido que na sua maioria sim, uma vez que não é tão expressivo o número de candidatos afrodescendentes. Outra questão apresentada referiu-se a demanda de crianças e adolescentes não acolhidos, sendo esclarecido que a demanda atual é de 12 usuários e com a ampliação de 20 vagas, prevista para novembro, teremos 08 vagas disponíveis para atender outras demandas que surgirem. Na apresentação do Bloco do Reordenamento dos Serviços foi questionado sobre a estrutura dos CRAS e CREAS para realizar o acompanhamento das famílias, considerando a necessidade de ampliação das equipes de referência. Ana Paula esclareceu que está previsto no item Gestão da Rede a composição de equipes mínimas de referência das unidades socioassistenciais CRAS e CREAS. Ana Paula ressaltou que a constituição da equipe de referência não é o único desafio e discorreu sobre a mudança histórica que está ocorrendo, na qual o serviço de acolhimento juntamente com a rede é responsável pelo acompanhamento familiar, definindo como se dará esse acompanhamento de uma forma global para uma proteção integral e de como será o fluxo de atendimento. O presidente do CMDCA questionou como se dará o processo de desligamento do jovem do serviço de acolhimento e qual trabalho será realizado com ele. Ana Paula explicou que conforme proposto no Plano, a partir dos 16 anos a instituição vai iniciar um trabalho com o adolescente, em seu Plano Individual, no sentido de prepará-los para esse processo de desligamento, havendo ainda a previsão de implantação de repúblicas, se houver a necessidade. Esse adolescente terá a opção de ficar ou não nas repúblicas. E Ana Paula acredita que com o processo de descentralização das casas lares haverá uma mudança nesse paradigma da institucionalização, propiciando ao jovem egresso das instituições de acolhimento um novo olhar para esse serviço que está sendo oferecido para ele, ou seja, as repúblicas. Um conselheiro questionou qual o maior “gargalo” na questão da adoção e em resposta Ana Paula apontou que o grande “gargalo”, em sua opinião, são as preferências e restrições dos próprios interessados em adotar. Uma participante fez uma observação sobre os adolescentes que cometem ato infracional e após o cumprimento da medida privativa de liberdade, ficam no abrigo durante um período e quando retornam para suas famílias acabam reincidindo e cometem infrações novamente. A mesma pontuou a necessidade de haver um olhar para essas situações. Ana Paula considerou que na construção dos PIAs desses adolescentes, esse diálogo deve ocorrer, pois muitas vezes as famílias não estão preparadas para recebê-los. Apontou que essa sugestão poderá compor a ação conjunta que propõe o estabelecimento de diálogos com o Poder Judiciário e Ministério Público na implementação dos PIAs. Após debates e esclarecimentos, os conselheiros presentes deliberaram pela

77 aprovação do Plano Municipal de Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças,
78 Adolescentes e Jovens, 2014-2017. Os slides da apresentação, bem como, o referido Plano Municipal de
79 Acolhimento, ficarão anexos a esta ata. Dando seguimento a reunião, Márcio passou para o segundo
80 assunto da pauta referente ao Comunicado do CONSEAS sobre os “Encontros Macro Regionais de
81 Orientações aos Conselhos Municipais de Assistência Social”. A Secretária Executiva, Maria Amélia
82 informou que o Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo – CONSEAS, realizará um
83 encontro macrorregional de orientação aos conselhos. Informou que nesse encontro será abordado com
84 destaque, a Resolução 14/2014 do CNAS e a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família.
85 Salientou que para região de Franca, o encontro acontecerá em Ribeirão Preto, no dia 26 de novembro,
86 no horário das 09h00 às 17h00. Relatou que o CONSEAS solicita a presença de 03 representantes,
87 sendo: 01 conselheiro representante do órgão gestor; 01 conselheiro da sociedade civil e 01 conselheiro
88 da Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família, este último será indicado pela referida
89 Instância. Apresentados os critérios para indicação, ficou definida a participação da conselheira
90 representante do órgão gestor, Dalva ou a sua suplente Jane e a conselheira Rosângela, representante da
91 sociedade civil. Finalizados os assuntos da pauta, Márcio apresentou o primeiro informe da reunião
92 sobre o ofício recebido pelo MDS – Secretaria Nacional de Assistência Social – Coordenação Geral de
93 Prestação de Contas, solicitando regularização da Prestação de Contas do Exercício de 2012. A
94 conselheira Dalva relatou que o MDS constatou um erro na Prestação de Contas encaminhada pelo
95 Órgão Gestor no ano de 2012. Esclareceu que a servidora Sandra já identificou que houve um erro de
96 digitação de valores. Explanou que na informação encaminhada, a despesa declarada referente ao Piso
97 Básico Variável I – Pró Jovem está superior à receita. Disse que já foi solicitado a reabertura do sistema
98 para realizar a retificação e posteriormente o órgão gestor trará a devolutiva ao conselho. Como próximo
99 informe Márcio reforçou o Convite da 2ª Audiência Pública do CMAS com as Entidades e
100 Organizações da Assistência Social, que acontecerá no próximo dia 12 de novembro, das 13h00 às
101 17h00, na Câmara Municipal de Franca e convidou todos os presentes para participar. Prosseguindo,
102 Márcio exibiu o Convite do II Seminário Regional Medidas Socioeducativas: “Desafios e Alternativas
103 para o Atendimento”, que acontecerá no dia 13 de novembro, das 09h00 às 17h00, na ACIF. O seguinte
104 informe referiu-se à Medida Provisória 658 de 29 de outubro de 2014 e o presidente Márcio enfatizou
105 que essa nova normatização trata da prorrogação do início da vigência da Lei 13.019/2014 para um
106 período de 360 dias. Finalizando, Maria Amélia informou que o CMAS recebeu um comunicado da
107 DRADS, informando sobre a abertura do sistema PMAS WEB/2015, além de estipular o prazo para
108 finalização do Plano pelo Órgão Gestor e aprovação do Conselho até dia 05 de novembro. Maria Amélia
109 esclareceu que o órgão gestor já encaminhou o Plano para a DRADS para análise e correções que se
110 fizerem necessárias e somente depois de realizadas todas as correções, o referido será encaminhado ao
111 Conselho para aprovação. Disse que entrou em contato com a DRADS para verificar se todo esse
112 processo poderia ser realizado em tempo hábil para inserção nesta reunião ordinária do CMAS, sendo
113 informado pela técnica da DRADS que provavelmente o Plano poderá ser apresentado e aprovado no
114 CMAS somente na reunião do dia 27 de novembro. Finalizados os informes, a conselheira Josiane

115 solicitou a palavra para questionar quando a Comissão de Orçamento irá iniciar as discussões sobre a
116 partilha de recursos para a rede socioassistencial, do ano de 2015. Dalva esclareceu que apesar da Lei
117 13.019/2014 ter sido prorrogada, não há impedimento para que o Órgão Gestor realize o chamamento
118 público para alguns serviços e provavelmente realizará. Com relação ao orçamento, informou que é
119 necessário aguardar as orientações da Prefeitura, quanto ao montante de recursos. Márcio esclareceu que
120 até o momento a Prefeitura aguardava a regulamentação da Lei que trata das parcerias com o Terceiro
121 Setor, agora com a prorrogação já estão sendo definidos os caminhos. Ressaltou que os Planos de
122 Trabalho já foram solicitados e já devem estar de acordo com as orientações da Secretaria de Finanças.
123 Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a ata foi lavrada pela Secretaria Executiva do
124 CMAS.